



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA A VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Acta nº 5/2022

Aprovada em 29/07/2023

No dia vinte e sete do mês de Dezembro de dois mil e vinte e dois teve lugar a 5ª Sessão Ordinária de 2022, realizada na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra *Votação*

- *Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia*
- *Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)*
- *Mapa de Pessoal para o ano de 2023*

3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra *Votação*

- *Mapa de Pessoal para o ano de 2023*

4. Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre 2022 -AC, Águas de Coimbra, E.M *Conhecimento*

5. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDM) e de estabelecimento de medidas preventivas *Votação*

6. Área de Reabilitação Urbana - Coimbra Santa Clara –Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples que contém a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) *Votação*

7. Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) – Discussão Pública/ Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública *Votação*

8. Relatório de Execução e Plano de Calendarização de 2 de Setembro a 13 de Dezembro- Gabinete de Apoio às Freguesias *Conhecimento*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

9. Contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Brasfemes para fornecimento de refeições escolares-ano lectivo 2022/2023 *Votação*

10. Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Coimbra *Votação*

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Ana Janelas, David Silva, Vítor Parola, Luís Silva, Tiago Bolhão, Juvenal Sousa, Rui Claro, António Vilhena, Ramiro Santos.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso, Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos directos

Lídia Pereira, Graça Oliveira, Martim Syder, Carlos de Figueiredo, Susana Reis e Paulo Lopes.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Teodoro, José Simão, Francisco Rodeiro, João Campos e Hélio Paulino.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Luísa Silva, Rui Mendes, Luís Lobo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos directos

Lúcia Santos, Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho, José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e João Malva.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do CH

Fernando Duque

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, Regina Bento, Carina Gomes, e Hernâni Caniço.

Mesa

Presidiu à sessão, o *Presidente da Assembleia Municipal*, Luís Marinho, secretariado por Graça Simões, *Primeira Secretária*, e Paulo Cardoso, *Segundo Secretário*.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram nove horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos pedidos de suspensão de mandatos nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

A Deputada Municipal **Isabel Garcia** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para a Sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Ramiro Santos**.

Grupo Municipal Partido Social Democrata (PPD/PSD):

O Deputado Municipal **Luís Correia** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para a Sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Hélio Paulino**.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

O Deputado Municipal **Manuel Rocha** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para a Sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Rui Mendes**.

O Deputado Municipal **João Pinto Ângelo** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para a Sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Luís Lobo**.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia:

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”

- Verificou a existência de *quórum*, tendo, em consequência, submetido a Ordem de Trabalhos à apreciação da Assembleia, que foi *aprovada*, uma vez que não foram apresentadas objeções.
- Anunciou a Moção proposta pelo Partido Socialista, relativa aos tarifários das Águas de Coimbra e dos SMTUC.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 04:41 a 06:58 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Apresentou a Moção, proposta pelo Grupo Político Municipal do PS

Moção

“Contra o aumento das tarifas de água e saneamento e de bilhetes dos SMTUC”

Considerando:

- 1. que o Executivo Camarário da coligação “Juntos Somos Coimbra”, liderada por José Manuel Silva, aprovou, para vigorar a partir do dia 1 de janeiro de 20223, o aumento de 2,7% das tarifas de água e saneamento e o aumento de 6,11% % dos preços dos bilhetes ocasionais dos SMTUC, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador da CDU;*
 - 2. que já no corrente ano, as tarifas variáveis do saneamento foram objeto de aumento;*
 - 3. que a água e os transportes públicos são bens essenciais;*
 - 4. o agravamento significativo das condições de vida das famílias, empresas e associações e a acelerada degradação da situação económica e social provocada pela maior taxa de inflação vivida em Portugal desde a década de noventa;*
 - 5. que o que se esperaria nesta altura, era que o Executivo Municipal apresentasse um pacote de medidas de combate aos efeitos da inflação, para apoiar famílias, associações*
- Acta n° 5/2022, de 27 de Dezembro*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e empresas, tal como muitas Autarquias já fizeram;

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida na sua sessão ordinária plenária de 27 de dezembro de 2022, delibere:

1. expressar o total repúdio pela inoportunidade do aumento das tarifas da água, saneamento e transportes públicos, que demonstram uma indesculpável insensibilidade social da coligação Juntos Somos Coimbra, liderada por José Manuel Silva, num momento extremamente difícil para as famílias, prejudicando as mais vulneráveis com políticas desesperadas para angariar receitas municipais;

2. instar o Executivo Municipal a adotar medidas de apoio às famílias, empresas e associações que permitam mitigar os efeitos nefastos da inflação e do aumento das taxas de juro do crédito habitação.”

Intervenção do Deputado Municipal Rui Mendes (CDU) (áudio 07:15 a 11:19 minutos - 1ª gravação)

- Lembrou que a CDU se tinha oposto à fusão dos HUC, do CHC e do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra no CHEC, da qual tinha resultado a “*redução de serviços e falências hospitalares, com o simultâneo benefício das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde*”. Enunciou como prova a multiplicação de oferta de serviços privados na região, promovidos por grandes grupos económicos, enquanto se assistia à degradação dos hospitais públicos;
- Informou que ao Hospital dos Covões, com cerca de 800 mil utentes, tinham sido subtraídos «serviços nucleares», com a conseqüente desarticulação de equipas com «grande experiência clínica», cumulado com o fecho do serviço de urgência à noite e aos fim-de-semana, enquanto, por sua vez, os HUC «ficaram sobrecarregados», com «longas filas da urgência ou listas de espera engrossadas», caos nos acessos e sem verdadeiras soluções de mobilidade e estacionamento;
- Esclareceu que, face ao exposto, para a CDU, a reversão do processo de fusão dos oito hospitais de Coimbra integrados no CHUC constituía uma necessidade imperiosa, tal como a urgência de intervenção nas maternidades de Coimbra e a construção de serviços de obstetrícia e neonatologia, para além da «dotação nas unidades hospitalares de trabalhadores, meios materiais e financeiros adequados à prestação de cuidados de saúde de qualidade». Reforçando que a CDU tinha levado, por diversas vezes, à Assembleia da República a exigência de reversão do processo de fusão dos 8 hospitais de Coimbra integrados nos CHUC;
- Enunciou “*mais um grave ataque ao Serviço Nacional de Saúde*” a recentemente anunciada integração do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC).
- Criticou a concentração de serviços que tinha significado múltiplos encerramentos nos HUC, nomeadamente, o Serviço de Cirurgia Cardiorádica, e também o Hospital Geral dos Covões, onde a lista de encerramentos era extensa: Serviços de Hemodinâmica, Pneumologia, Cardiologia, Unidade de Cuidados Intensivos, Serviço de Urgência no período noturno e fim de semana, entre outros.
- Antecipou as “*ânsias privatizadoras*” que surgiam da integração do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais decorrente da necessidade de empresarializar os hospitais do sector público;
- Alertou que se estava a potenciar a criação de uma Unidade Local de Saúde, que promovendo a agregação de ainda mais serviços, “*menosprezando os cuidados primários de saúde, ignorando a promoção da saúde e a prevenção da doença, instrumentalizando-a para dar novos mercados e novos lucros*”.
- Remeteu para a reunião da Assembleia Intermunicipal do dia 20 de Dezembro, dizendo que a agregação anunciada tinha sido decidida sem consulta prévia aos municípios envolvidos, aos gestores das unidades de saúde, aos órgãos representativos dos trabalhadores, configurando, por isso, um ataque ao SNS, mas também à democracia e à Constituição a que os órgãos autárquicos de Coimbra não deviam alhear-se, conforme afirmado pelos representantes das assembleias municipais dos municípios envolvidos neste “*novo ataque ao SNS*”:
- Instou na reversão da fusão do CHUC, afirmando a autonomia dos Hospitais, reforço do SNS, contratação de trabalhadores e aquisição de equipamentos com verdadeira relação de proximidade com as populações.
- Declarou, por fim “*A CDU não abre mão desta luta e estará onde sempre esteve: na vanguarda da luta com o povo e os trabalhadores na defesa intransigente do SNS*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH) (áudio 11:42 a 13:44 minutos - 1ª gravação)

- Solicitou ao Presidente da Câmara, face ao Orçamento de “*transição económica e de guerra*”, o cumprimento dos seguintes projetos, com base no aumento de 6% das transferências do Orçamento de Estado para o Município: Continuação da aquisição de autocarros para os SMTUC ; maior proatividade na venda de património devoluto da Câmara Municipal ; formação interna em ferramentas e sistemas de informação; instalação e continuação de lâmpadas LED na rede pública; conclusão das obras dos Bairros da Rosa e Ingote; necessidade absoluta de um WC na Casa do Sal; alternativa para a poluição na rotunda do Almegue, criar alternativa; celeridade no projeto em execução das obras urgentes na Escola José Falcão, dadas as condições de degradação acentuada do edifício; maior reivindicação na distribuição dos lucros extraordinários do Governo; fim das carreiras duplicadas SMTUC e METROBUS, conclusão e ponto de situação do PT2020; fecho da Linha Férrea Coimbra A-B, devolução do espaço aos municípios, sem barreiras para ligação da Baixa ao rio, com a respetiva área de lazer e ciclovias de ligação a Coimbra B; atualização do Plano Municipal de Plantação de árvores na cidade, optando nas vias públicas pela folha persistente e não caduca; Criação de um passe social, a médio prazo, combinado para estudantes; inclusão no Programa Municipal de Ação Social Escolar, a atribuição dos auxiliares de apoio escolar pedagógico e complementar dos manuais escolares para os alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico. Terminou declarando “*estas são as nossas preocupações possíveis para este orçamento limitado e restritivo*”.

Intervenção do Deputado Municipal Nunes da Silva (NC) (áudio 14:02 a 18:56 minutos - 1ª gravação)

- Enunciou a reorganização dos Serviços Municipais como crucial e remeteu para o site da Câmara onde cada vereador explicava o que tinha feito em 2022. Perguntado, em consequência, se alguma vez a atividade cultural tinha atingido semelhante nível; se os prazos de resolução dos processos se mantinham. Observou, a propósito, que os empresários procuram o Município de Coimbra o que significava mais e melhor emprego.
- Confirmou que as medidas programáticas seriam realizadas na medida da disponibilidade financeira do Município;
- Tomou o exemplo a Saúde para criticar as transferências de competências cujo poder permanecia em Lisboa: ARS/ Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde; CIM/Região de Coimbra; CCRC; ACES Baixo Mondego; Município. ” *Já na antiguidade se dividia para reinar*”;
- Tratou a Candidatura a Capital Europeia da Cultura, garantindo o empenho da Comissão referiu o elevado nível de exigência, conhecimentos específicos e profissionalismo que tinham sido fundamentais para o sucesso da candidatura de Évora;
- Apresentou o projeto “*Região de Coimbra + Proximidade*”, criado no valor de 560.000,00€, financiado por CENTRO 2020/PORTUGAL 2020/ FEDER, entre a CIM-Região de Coimbra; ARS Centro e Municípios da Região, cujo objetivo era entregar uma unidade móvel de saúde 100% elétrica aos 19 Municípios. Contou que em setembro de 2019 Condeixa e Montemor- o – Velho tinham assinado o protocolo e que em janeiro de 2021 foi possível reter das palavras de José Carlos Alexandrino que até ao mês de março as unidades móveis seriam entregues a todos os municípios. Concluindo que Coimbra tinha rejeitado a unidade móvel de saúde que, inclusive, constava do Plano Municipal de Saúde aprovado por unanimidade.
- Sugeriu ao PS e aos seus quadros que oferecessem ao Município a Unidade Móvel de Saúde, sendo sua obrigação uma vez que tinham rejeitado gratuitamente a oferta. Reforçando que seria o cúmulo que tivessem de ser os Municípios a pagar o que o Partido Socialista tinha negado, garantiu que o Executivo não permitiria.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) (áudio 19:11 a 25:13 minutos - 1ª gravação)

- Encetou a intervenção declarando “*Acompanhamos na generalidade a moção apresentada pelo PS. Na verdade, para atingir equilíbrio orçamental, não era indispensável proceder a um aumento tão gravoso da tarifa de água, especialmente numa altura de tanta dificuldade para as famílias*”.
- Contou que no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, os Cidadãos por Coimbra tinham sido chamados a apresentar propostas para o orçamento 2023 e reflectiu “*tal como no ano passado, ficaram na dark web da consideração do Senhor Presidente. Tal como no ano passado, o Senhor Presidente ouviu, mas ignorou ou desconsiderou*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Publicitou algumas das propostas do CpC: Valorização da Assembleia Municipal, incluindo a atribuição de espaço para que os deputados possam cumprir o seu mandato democrático e receber os munícipes; Concurso de ideias para a zona ribeirinha do Rebolim; Valorização do património arbóreo; Prioridade à mobilidade verde e ao transporte coletivo; Recuperação da Casa de Jaime Cortesão em São João do Campo; Equipa de Socorro e Resgate Animal; entre outras medidas igualmente meritórias.
- Incumbiu o Executivo de identificar um espaço com dignidade adequada para dar cumprimento às plenas funções da Assembleia Municipal;
- Questionou o processo iniciado com a aprovação do Estatuto do Provedor do Município, referindo que desconheciam desenvolvimentos ou linhas de orçamento para a atividade do Provedor para 2023.
- Lembrou que, para o orçamento de 2022, o CpC tinha sugerido o lançamento de um concurso de ideias para a área ribeirinha do Rebolim, acusando o Executivo de ter ignorado as propostas ficando, passivamente, à espera do mau tempo. Recomendou que fosse cabimentada a verba futura para retirar toneladas de areia entre o Rebolim e o Açude, instando na urgência de proteger as margens nuas do Rebolim com estacaria de madeira e replantação de espécies vegetais compatíveis com a galeria ripícola do local.
- Tratou a Providência Cautelar que impediu preventivamente o abate de árvores no contexto das obras do Metro-Bus, iniciativa do Arquiteto Nuno Martins. Apontou o Executivo como grande responsável pela situação, porque quando os cidadãos de Coimbra se tinham levantado em defesa dos plátanos da Av Emídio Navarro, o Presidente tinha desconsiderado. Lamentou que em Setembro não fosse possível introduzir alterações ao projeto, para em Dezembro constatar que o executivo pediu alterações ao projeto ” *uma questão de pesos, medidas e prioridades* ”;
- Questionou o resultado do estudo propalado em debate público no Seminário Maior, onde o Presidente tinha declarado que estavam a ser revistos os planos de abates de árvores, caso a caso.

Intervenção do Deputado Municipal Juvenal Sousa (PS) (áudio 25:33 a 28:50 minutos - 1ª gravação)

- Lembrou que o governo tinha entregado vários apoios extraordinários, nomeadamente, 125€ às famílias desprotegidas; meia pensão aos reformados e pensionistas e 240 € às famílias mais vulneráveis bem como 3500 milhões € de reforço ao apoio às empresas, para fazer face aos aumentos de gás e electricidade;
- Assinalou a falta de apoio às famílias desprotegidas do concelho, onde o preço da água, saneamento e tarifas dos transportes sofriam um aumento;
- Tomou o exemplo de outros municípios e recomendou que o Presidente se dedicasse mais a quem sofria os problemas do concelho. Sugeriu, ainda, que o Presidente pedisse suspensão ao mandato, fazendo -se substituir pelo vereador seu chefe de gabinete.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC) (áudio 29:10 a 32:16 minutos - 1ª gravação)

- Tratou a Moção apresentada que se referia a um aumento dos bilhetes dos SMTUC de 6,11%, lembrando que a Câmara Municipal estava apenas a fazer o que as entidades do setor e a própria CIM Região de Coimbra tinham decidido;
- Explicou que ao manter a taxa no valor definido pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, a CIM Região de Coimbra estava a pensar, sobretudo, nos cidadãos e famílias que utilizavam diariamente os transportes públicos, evitando que os seus custos mensais aumentassem, uma vez que o valor se reportava às tarifas dos títulos de transporte ocasional, ou seja, bilhetes simples, de bordo e pré-comprados.
- Remeteu para as GOP s dos SMTUC “*em termos gerais, com exceção dos títulos ocasionais, o tarifário manter-se-á sem alterações, designadamente nos passes sociais (são 62,7% das viagens), onde se incluem os títulos especiais utilizados pelos mais desfavorecidos e carenciados, não esquecendo os estudantes e os mais idosos. O aumento aplicado (6,1%) aos títulos ocasionais (são 30,6%), incluindo ao Bilhete de Motorista (são 6%), é uma medida que pretende dar incentivo à aquisição antecipada de títulos, fidelizar clientes e melhorar a fiabilidade da rede de transportes.*” Acrescentando que a aquisição de bilhete no motorista devia ser desincentivada com preço mais elevado porque implicava o manuseio de trocos pelo motorista.
- Refutou a ideia de que os 70 cêntimos da água e saneamento ou os 4 cêntimos de um bilhete ocasional, se refletissem verdadeiramente na vida dos munícipes, face aos aumentos do crédito habitação e da inflação.
-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Parola (PS) (áudio 32:33 a 38:36 minutos - 1ª gravação)

- Assinalou diversos exemplos de falta de transparência na acção do Executivo que se tornavam cada vez mais preocupantes. Referiu, primeiramente, que muitas vezes, em reuniões de Câmara, tinha sido requerido, pela oposição, o acesso ao processo de aquisição de serviços de assessoria em marketing e comunicação, adjudicado à assessora Nirit Harel, pelo valor de 67.500,00€, com prazo de execução de 4 meses. Só após muitas insistências e uma queixa à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) chegaram os documentos requeridos quanto ao processo de contratação pública.
- Prosseguiu com o exemplo do Conselho de Administração dos SMTUC que continuava a não publicar, atempadamente, as atas das suas reuniões no site institucional. Passados 2 meses, além da questão de falta de transparência, colocava-se, ainda, a questão da falta de eficácia dos actos, pois nos termos do Código do Procedimento Administrativo, os actos dos órgãos colegiais têm de estar consignados em ata, para produzirem efeitos (art. 150.º n.º 2, CPA).
- Avançou com a área da habitação social, referindo que com o Executivo do PS, as listagens de atribuição das habitações sociais eram agendadas para reunião de Câmara para homologação conforme estipula o artigo 21.º do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado e no atual Executivo, passado mais de um ano em funções, desconheciam a atribuição das habitações sociais. Lembrou, no entanto, que, enquanto Vereador da oposição, Dr. José Manuel Silva, chegou a pedir, na reunião de Câmara de 20 de fevereiro de 2020, que fosse feita uma auditoria externa aos serviços de habitação social da Câmara, cujo pelouro pertencia a Francisco Queirós, o atual Vereador da CDU no executivo da Câmara Municipal.
- Tratou a área dos Recursos Humanos, dando nota de que o Executivo não tinha aberto qualquer concurso para recrutamento de dirigentes, tendo todos sido nomeados por despacho do Presidente da Câmara. Os SMTUC estavam há vários meses sem Chefe de Divisão da Manutenção, lugar fulcral para a operação dos SMTUC, dado o número de autocarros imobilizados que se acumularam nas oficinas e que comprometem a realização diária dos serviços à população.
- Instou na atual exigência legal, da existência de um canal de denúncias, para que qualquer pessoa pudesse denunciar suspeitas de corrupção e fraude na atuação da autarquia, dirigentes e trabalhadores, de forma segura, confidencial e anónima.
- Terminou, referindo o caso do Provedor do Município, que, aprovado pelo Executivo, não saia do papel, e ainda, ao Provedor da Mobilidade, de assinalável importância num período caótico do trânsito da cidade.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) (áudio 38:57 a 44:34 minutos - 1ª gravação)

- Deixou uma breve nota do registo de clarividência do “*mais ilustre presidente do CDS,*” Professor Adriano Moreira.
- Recorreu às palavras de Tiago Correia e ao conceito GIPI – Guerra, Inflação, Pandemia, Inverno - segundo o qual a qualidade das respostas de saúde pública, de cuidados primários e hospitalares não tinham como ser mantidos perante a conjugação do frio, da pandemia e da guerra, ao que se somava a subida da inflação e as medidas para a combater e o conseqüente aumento dos preços e do crédito bancário. Promoveu os objetivos comuns dos quais destacou o de atrair e fixar famílias jovens, invertendo o rumo de declínio demográfico das últimas décadas.
- Afirmou que, cientes da responsabilidade que lhes cabia na defesa dos municípios, após análise das GOP e do orçamento, e apesar de não encontrarem nele qualquer marca CDS, não o inviabilizariam, reconhecendo o profissionalismo dos funcionários dos serviços financeiros e da autarquia envolvidos.
- Declarou que o CDS se opunha a todos os aumentos incluindo aqueles com que “*o governo socialista nos tem esmagado em impostos e em falta de regulação*”. Questionou diretamente “*o que faria o PS para evitar o aumento dos bilhetes dos SMTUC, com os preços dos combustíveis e da energia a dispararem desta forma?*”.

Intervenção do Deputado Municipal António Vilhena (PS) (áudio 44:53 a 53:28 minutos - 1ª gravação)

- Esclareceu que as obras estruturantes da cidade tinham sido concretizadas com o envolvimento de ambos os poderes, da autarquia e do Estado.
- Referiu-se à coligação como projeto pessoal do Presidente da Câmara, a quem imputou promessas que tinham em vista as expectativas do eleitorado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Acusou o Orçamento de mitigar os apoios sociais, a cultura e de não refletir o que tinha sido promovido em campanha eleitoral. Instou no esquecimento da “*geração mais bem preparada de sempre*”.
- Tratou os 100 da biblioteca municipal, sugerindo a construção de uma versão inclusiva em que a arquitetura fizesse a diferença.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD) (áudio 53:49 a 59:35 minutos - 1ª gravação)

- Referiu que a moção apresentada elencava um conjunto de considerandos e propostas que poderiam merecer o acordo do PSD, no entanto, “*omite e esconde, deliberadamente*” que a responsabilidade dos aumentos pertencia ao Governo, nomeadamente, o aumento exponencial do valor da água cobrado à Águas de Coimbra.
- Acusou a gestão socialista de adiar o pagamento devido à Águas do Centro Litoral, até ao momento em que, em Tribunal, foi acordado esse pagamento, daí resultando a descapitalização da empresa AC, criando uma pressão enorme nas suas finanças. Considerou que se tratavam de opções gestionárias que pretendiam internalizar uma empresa municipal de referência na Câmara Municipal.
- Notou que os prejuízos sistemáticos, por imperativo legal, teriam levado à dissolução da empresa municipal, assim que atingisse 3 anos sucessivos de resultados negativos e avançou que, em 2021, as Águas de Coimbra tinham o resultado negativo de cerca de dois milhões e duzentos mil euros.
- Lembrou que as Águas do Centro Litoral era tutelada pelo governo Socialista, que tinha aumentado a tarifa da água em alta em 2,7% e obrigava os municípios a repercutir estes custos no consumidor final.
- Alertou que a inobservância do aumento penalizaria duplamente o município, pois, mais tarde teria de ser feita a atualização, de forma mais dolorosa e pesada e ainda faria com que a empresa Águas de Coimbra ficasse impedida de concorrer a fundos comunitários essenciais para a conservação e manutenção das infraestruturas.
- Declarou que o PSD também se opunha aos aumentos apontados e afirmou que apoiariam a moção, desde que fosse alterada, responsabilizando o Governo e as empresas tuteladas, “*pela falta de sensibilidade social, pela irresponsabilidade e falta de senso, para determinar, nesta circunstância tão nefasta para as pessoas, qualquer tipo de aumento do preço dos serviços que presta*”.

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS) (áudio 00:01 a 01:26 minutos - 2ª gravação)

- Tratou o tema da juventude, garantido que Coimbra tinha tudo para atrair, mobilizar e fixar os jovens questionou as medidas propaladas em campanha e sem reflexão na estratégia do Executivo. Afirmou que os jovens aguardavam apostas claras no desporto, na cultura, no associativismo, apoio à aquisição de habitação ou no apoio ao emprego, no apoio à juventude que queria viver em Coimbra.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Oliveira (PSD) (áudio 1:48 a 05:57 minutos - 2ª gravação)

- Citou a Ministra da Agricultura, em Boticas, no dia 26 de novembro, “*Vamos esclarecer de uma vez por todas: não há extinção das direções regionais, (...). Aquilo que vamos fazer é manter a estrutura tal qual está, mas o senhor diretor vai passar a integrar o órgão da comissão de coordenação para haver articulação de políticas verdadeiramente*” e deduziu que a publicação posterior da Resolução do Conselho de Ministros vinha desmentir a afirmação da Ministra da Agricultura.
- Referiu que com a transferência das competências das DRAP’s para as CCDR’s e, conseqüente extinção, os agricultores e as Associações/Organizações deixavam de ter um interlocutor direto com o Ministério da Agricultura, passavam a interagir com uma entidade intermédia, com pouca sensibilidade para as questões agrícolas.
- Esclareceu que a Comissão Europeia se relacionava diretamente com o Ministério da Agricultura, mas os agricultores portugueses teriam sempre a CCDR como interlocutor. E acrescentou que as DRAP’s se tratavam de organismos de proximidade que interpretavam o território e contribuíam para a definição e adequação das políticas públicas a implementar na agricultura, respondendo direta e rapidamente a qualquer problema ou intempérie que surgisse no sector agrícola e documentando o Ministério com a informação necessária para poder dar resposta adequada e atempada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Alertou para a intervenção das DRAP's nas cheias de fevereiro de 2016, nos incêndios de 2017, Furação Leslie de outubro de 2018 ou nas depressões Elda e Fabien de 2019, que integradas nas CCDR seria muito difícil dar uma resposta atempada ao Ministério da Agricultura pois a prioridade de avaliação da CCDR incidiria sobre matérias não agrícolas.
- Observou que todas as Associações e confederações agrícolas estavam contra a medida (CAP, CONFAGRI, CNA, ANCEVE, FAABA) e os partidos políticos também já se tinham manifestado contra, à exceção do PS.
- Defendeu, ao invés do fecho, o fortalecimento. Rejuvenescendo e reforçando os recursos humanos das DRAP's, mantendo e/ou aumentando a sua proximidade junto dos agricultores e dos territórios rurais, para contribuir para a resolução dos desafios do sector.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS) (áudio 06:11 a minutos - 1ª gravação)

- Contestou as palavras do Líder do PSD, Carlos Figueiredo, dizendo que não era verdade que as Águas de Coimbra tinham sido descapitalizadas em 20 milhões de euros. Esclareceu que se tratava de uma verba consignada em que as Águas de Coimbra vinham depositando na Caixa Geral de Depósitos para não pagar o indevido, um depósito condicionado
- Apresentou um requerimento, para que fosse presente à Assembleia documento com o montante global do depósito mensal a favor das Águas do Centro Litoral para pagar o tratamento das águas residuais domésticas

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos (PSD) (áudio 07:58 a 08:59 minutos - 1ª gravação)

- Remeteu para o mandato anterior, desde 2017 que o caso da escola da Pedrulha tinha sido entregue à Proteção Civil e Comando Distrital de Operações de Socorro, pelo que interpelou o Executivo no sentido de obter o ponto de situação e se teriam algum reporte por parte do CDOS.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS) (áudio 09:22 a 10:41 minutos - 1ª gravação)

- Invocou o artigo 45.º do Regimento para fazer uso do direito da alínea f) do artigo 15.º acrescentando que, também, o Regime Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto do Titular de Direito de Oposição estabeleçam o direito à informação em tempo e prazo razoável. Reivindicou a resposta a três requerimentos que tinha apresentado na última sessão, de 4 de outubro de 2022, replicando perguntas que remontavam a de abril e de junho.
- Instou na ausência de sentido democrático e transparência na conduta do Executivo.

Intervenção da Deputada Municipal Luísa Silva (CDU) (áudio 11:07 a 14:36 minutos - 1ª gravação)

- Referiu que o Conselho Municipal da Cultura deveria constituir o lugar de proposta, auscultação e discussão sempre que o assunto fosse adoção de medidas políticas municipais, no âmbito da cultura. Sugeriu, por isso, que em matérias relevantes, como o Regulamento que definiria o Programa Municipal de Apoio Cultural, o Conselho Municipal deveria ter o papel de conciliador das estruturas culturais;
- Recorreu às palavras do Vereador Francisco Queirós que tinha dito que a CDU não renegava o potencial económico da cultura e a sua ligação ao trabalho ou potencial de criação e riqueza, afirmando que “*uma cidade é muito mais do que uma marca ...*”. Concluiu, apelando à conciliação dos mais variados registos de cultura e integração da diversidade

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Partilhou da contestação relativa aos aumentos dos transportes e da água e do descontrolo da inflação responsabilidade do governo. Afirmando que estavam sujeitos à maior carga fiscal de sempre no país;
- Lembrou que a água de Coimbra tinha a melhor qualidade a nível nacional e que as Águas de Coimbra era uma empresa reconhecida como sendo a melhor no fornecimento de água, mas os custos apresentados, cerca de duzentos e noventa e seis euros, era inferior ao de outros municípios. Sugeriu uma política nacional de água, para, em termos relativos, não se observar as diferenças entre concelhos;
- Esclareceu que o aumento se devia ao “*acordo ruinoso*” entre as Águas de Coimbra e as Águas do Centro Litoral que tinha levado, em 2021, ao resultado líquido negativo de dois milhões e duzentos mil euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

resultado com que a Coligação Juntos Somos Coimbra tinha recebido a empresa. Considerou que as Águas de Coimbra estavam a ser descapitalizadas por não replicarem os aumentos das Águas do Centro Litoral e que tinham aumentado as tarifas em 2022 para dar início à recuperação da empresa municipal.

- Avançou que, no presente ano, os resultados já seriam positivos. Acrescentou que o cumprimento dos objetivos estava condicionado pela pluviosidade e que a ETAR do Choupal precisava de obras que tinham sido adiadas pelo governo. Explicou que estavam a pagar água da chuva ao preço das águas residuais e que a intenção era separar as águas para evitar desperdícios e evitar roturas devido à falta de obras de manutenção;
- Referiu as conversações com concelhos limítrofes no sentido de aferir a viabilidade de uma empresa intermunicipal das águas da região, que pudesse candidatar-se a fundos europeus para fazer obras de manutenção, recuperação e extensão da rede. Disse que as Carvalhosas ainda não tinham saneamento e que as Águas de Coimbra teriam de ter meios para cerca de cinco milhões de investimento;
- Afirmou que “*os mais frágeis são poupados*”, evidenciando que a tarifa social não tinha sofrido aumentos e se mantinha inalterada. Esclareceu que os cêntimos de aumento iam permitir a faturação de mais um milhão de euros para investir em Coimbra e nos Municípios. Informou que, para consumidores de 5 metros³, o aumento era de quarenta e um cêntimos mensais e, no caso dos consumidores de até dez metros³, seria um aumento de setenta e sete cêntimos por mês.
- Explicou que os passes dos transportes se mantinham e que o aumento, também neste caso, tinha sido recomendado pela Entidade Reguladora Nacional, o que justificava o facto de as Câmaras Socialistas, pertencentes a Comunidade Intermunicipal de Coimbra, terem aplicado o aumento;
- Comentou a intervenção de Vítor Parola, referindo que se tratava de uma intervenção política, mas não de uma intervenção ética. Afirmou a intenção de captar investimento para Coimbra, porque as oportunidades dos jovens surgiam do investimento e da criação de emprego.
- Disse que os documentos tinham sido cedidos e que não tinha conhecimento de qualquer comunicação por parte da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, realçando que a intervenção da CADA seria desnecessária porque divulgavam todos os documentos. Recomendou a consulta dos editais, lembrando que as listas de atribuição da habitação social eram públicas. Garantiu que a auditoria à habitação social seria efetuada e aguardariam parecer;
- Informou que os concursos dos dirigentes nomeados decorriam depois da reestruturação, lembrando que, no mandato anterior, tinham decorrido após interpelação pelo Tribunal de Contas;
- Anunciou que estavam a desencadear um procedimento com a CIM, para um canal de denúncias a nível da Comunidade Intermunicipal;
- Destacou o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, que contava com dois funcionários.
- Assumiu o Provedor do Município como uma iniciativa da Coligação e esclareceu que, não constando da estrutura, se tratava de uma figura isenta e independente que a seu tempo estaria ativa.
- Dirigiu-se a António Vilhena dizendo que tinha perdido o contrato de assessoria com a Casa da Escrita.
- Tratou a Providência Cautelar do Metro Bus, “*proposta por anti ambientalistas*” e disse que as árvores eram substituíveis, garantindo que seria plantado o triplo das árvores cortadas. Lembrou, a propósito, que a par da plantação e árvores, também a redução das emissões de carbono, através da promoção do transporte público, contribuía para uma cidade mais verde. Informando que, segundo os estudos apresentados, as emissões de carbono seriam reduzidas no correspondente a cerca de setecentas e setenta mil árvores por ano.

Defesa da Honra Deputado Municipal António Vilhena (PS) (áudio 41:39 a 42:28 minutos - 2ª gravação)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara dizendo-lhe que não lhe reconhecia autoridade moral.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Advertiu a Assembleia para a forma como os deputados se dirigiam uns aos outros, exigindo o respeito recíproco e basilar que pautava as relações institucionais uns com os outros.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Defendeu a sua honra, esclarecendo que referiu factos. Insistiu em imputar a existência de uma “*sinecura*” com a casa da escrita ao Deputado António Vilhena.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Defesa da Honra Deputado Municipal João Malva (CpC) (áudio 44:07 a 45:00 minutos - 2ª gravação)

- Recusou a forma como o Presidente da Câmara se tinha referido ao proponente da providência cautelar, como “*anti ambientalista*”, porque também se revia na circunstância de levantamento público das consciências.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Defendeu a sua honra, dizendo que estava no direito de se referir, naqueles termos, a quem prejudicava o ambiente em Coimbra e lembrou que tinha fundamentando a qualificação

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Anunciou o requerimento depositado na *Mesa* pelo Deputado Ferreira da Silva, afirmando que seria transcrito, registado e entregue à Câmara Municipal para tratamento.
- Propôs a Moção à votação.

Deliberação nº 48/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria de 27 votos a favor (20-PS;5- CDU;2- CpC) e 21 votos contra (11- PSD; 5- NC; 3- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH), aprovar a Moção "Contra o aumento das tarifas de água e de bilhetes dos SMTUC", apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Prescindiu da intervenção.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Esclareceu que, apesar do Presidente da Câmara ter prescindido da sua palavra, os Grupos Políticos podiam exercer o seu direito.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS) (áudio 48:43 a 50:36 minutos - 2ª gravação)

- Alertou o Presidente da Câmara para a inversão da ordem prevista no Regimento, uma vez que a ideia plasmada era para que os Grupos Políticos pudessem responder às informações prestadas pelo Presidente da Câmara
- Comentou a intervenção do Presidente da Câmara, apontando lhe inconstitucionalidade, porque não podia ser insinuado qualquer limite nos direitos políticos por razões profissionais.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Lobo (CDU) (áudio 51:02 a 56:35 minutos - 2ª gravação)

- Afirmou que a educação acompanhada da cultura deviam ser preocupações das autarquias locais, articuladas na oferta e meios de acesso.
- Observou as consequências das transferências de competências, antevistas pela CDU, nomeadamente, as que eram sentidas pelos profissionais de educação e pelas famílias.
- Contou que a opção era a autorregulação do sistema, contratualizando com o privado e comprometendo serviços que geridos pelo Estado garantiam uma resposta incomparavelmente melhor
- Avançou que, com a municipalização de parte muito importante do sistema educativo, a Câmara Municipal tinha obrigação de responder eficazmente aos problemas existentes. Nomeadamente, a enorme carência de pessoal não docente, assistentes operacionais, com maior incidência nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico. Elencou algumas das fragilidades relativas a essa carência ao nível da segurança dos espaços dos edifícios escolares, apoio às atividades letivas e vigilância dos espaços e dos tempos de intervalos, bem como na capacidade de resposta de limpeza e higienização dos espaços escolares;
- Distribuiu as responsabilidades da insuficiência do processo pelo poder central e pelo poder local autárquico. Acusou ambos de desvalorizarem a escola pública.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Rebateu o serviço de refeições escolares entregues a privados, defendendo a alocação de serviços geridos diretamente pela autarquia em parceria ou delegação de competências com as escolas, através de contratos programa que permitissem melhor qualidade no produto final, empregabilidade qualitativamente superior e recurso aos produtores locais e autóctones;
- Abordou, por fim, a questão dos transportes escolares que apoiassem a atividade cultural no concelho.

Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC) [\(áudio 51:02 a 00:38 minutos - 2ª e 3ª gravação\)](#)

- Reforçou o repúdio pelos aumentos das tarifas de água e dos transportes, medidas em contraciclo, como a taxa municipal turística;
- Afirmou que, em Coimbra, o turismo era de passagem, pelo que não era entendível este desincentivo a quem pernoitava e às unidades hoteleiras;
- Sugeriu, em contrapartida, sanitários públicos nos espaços turísticos oferecendo condições aos turistas;
- Remeteu para a imagem da cidade aquando das festas académicas e, perante a informação de que o Presidente da República ponderava visitar a cidade nessa altura, questionou se poderia ser assumido um compromisso de diálogo com a Reitoria, a Direção do Politécnico e Direção da Associação Académica para criar um espírito de respeito cívico e comportamento socialmente adequado;
- Interpelou o Executivo acerca do ponto de situação da Carta Educativa Concelhia;
- Lembrou que continuavam a aguardar os planos para a nova estação ferroviária de alta velocidade;
- Instou nas contrapartidas previstas para os espetáculos dos *Coldplay* perguntando diretamente “*pode garantir que a compensação não está encapotada nas inúmeras rubricas não definidas no orçamento?*”

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PSD) [\(áudio 00:57 a 10:29 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Esboçou um balanço do desempenho do Executivo em mais de um ano de mandato, deduzindo uma “*conclusão simples: não se vê na cidade... qualquer actividade concreta que se revele geradora de desenvolvimento e riqueza*”. Remeteu para a intervenção da Vereadora Carina Gomes na última reunião de Câmara, que confirmaria o que dizia.
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara, reencaminhando a sua questão sobre a ética para as defesas de honra que tinham sido erguidas contra as suas palavras. Afirmou que meias-verdades e insinuações ofendiam as pessoas.
- Observou “*soubemos agora, pela boca do próprio Presidente, José Manuel Silva, que o Presidente da Câmara é um vereador que tem as funções de Presidente e que tem um Chefe de Gabinete que exerce as funções de Vereador*”
- Tomou as palavras de um destacado militante do CDS-PP, Dr. Paulo Almeida: “*Coimbra anda a fingir que vai resolver os problemas (...) falta de liderança*”, assinalou o acompanhamento pela Deputada Helena Mendes ao referir “*temos de ser capazes*”;
- Apontou o desleixo visível pelas folhas das árvores arrastadas pelas águas pluviais entupindo drenagens e criando inundações, inclusive junto à Câmara Municipal;
- Afirmou que as iluminações de Natal eram pobres e concentradas, ignorando praticamente Rua da Sofia e todo o comércio tradicional;
- Referiu a desorganização instalada nos Serviços municipais que não estavam a ser responsivos, aludindo à intervenção de uma renomada empresa na última reunião de Câmara;
- Dirigiu-se ao Deputado Nunes da Silva, dando nota de que as atas do Conselho de administração dos SMTUC remontavam a outubro, ultimamente publicadas as de novembro;
- Alertou para o caos da cidade, os engarrafamentos no trânsito automóvel e para a descoordenação total, abrindo se frentes de obra por toda a cidade sema primeira terminar;
- Imputou a obrigação ao Executivo de saber que a Rua Olímpio Fernandes não poderia entrar em obras antes da execução da Via Central e do túnel junto à Câmara Municipal. Enunciou, ainda, as obras junto à Avenida Fernando Namora, junto ao Estádio Municipal e Rua dos Combatentes.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo [\(áudio 10:49 a 15:35 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Assinalou os impactos da Guerra da Ucrânia para contextualizar a análise do Orçamento para 2023, afirmando que seria o mais previsional de que havia memória;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Apelou aos contributos, com espírito crítico, para o relançamento de Coimbra. A esse propósito, lembrou o excedente orçamental do Estado na ordem dos 5.25000milhões de euros, para que o PS de Coimbra, com responsabilidade e coerência, fosse capaz de fazer valer o seu peso político a bem do concelho e da região;

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Sugeriu a apresentação conjunta do *Ponto 2, 3 e 4* com votações autónomas.
- Face à inexistência de objeções, cedeu a palavra ao Presidente da Câmara e ao Vereador Miguel Fonseca.

2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra

- *Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia*
- *Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)*
- *Mapa de Pessoal para o ano de 2023*

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Replicou, quanto à questão relativa aos assistentes operacionais, garantindo que estava a ser cumprido o rácio estabelecido entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo Socialista. Esclareceu que tinham, por isso, criticado a descentralização e a forma como tinha sido conduzida, bem como os resultados de negociação;
- Respondeu às críticas relativas à taxa turística e à sugestão de investimento em novos sanitários, dizendo que as contradições eram evidentes. Afirmando a necessidade de ambas, tomou o caso do “*Quebra Costas*”, onde já tinham sido pedidos novos desenhos para os sanitários existentes que, realmente, não dignificavam a cidade. Alertando, no entanto, que, para investir no turismo, era preciso receita. Sendo que os operadores turísticos beneficiavam com esse investimento, estavam perante uma relação “*win-win*”;
- Referiu que o plano do arquiteto Busquets ia a consulta pública a breve trecho
- Lembrou que seriam quatro espetáculos dos Coldplay e não três e garantiu que a seu tempo tudo seria divulgado;
- Saudou o facto de a Câmara Municipal estar a funcionar melhor, ainda sem a reestruturação, no caso do Urbanismo, tinham reduzido os tempos de resposta em 60% e estavam a trabalhar na definição de regras;
- Esclareceu que a Carta Educativa ainda não estava finalizada porque faltava a discussão com os agrupamentos, presidentes de junta e outros atores locais;
- Assumiu que era um Presidente de Câmara do diálogo e aberto à sugestão e crítica, que falava com as pessoas e com as associações, marcava presença nos eventos;
- Recordou que existia um cronograma aprovado para as obras do Metro Bus que implicava várias obras;
- Tratou o Orçamento, que qualificou de “*orçamento de transição e economia de guerra*”. Explicou que em contexto de pandemia e respetivos apoios financeiros, tinham registado uma perda de 3,3 milhões de euros resultantes de um acréscimo de despesa de 1,6 milhões e de uma quebra de receita de 1,7 milhões, pelo que, no final do exercício económico de 2021, o resultado líquido de exercício da Câmara Municipal de Coimbra tinha sido de 808 mil euros negativos;
- Criticou o Governo que tinha vindo a aplicar um acréscimo de 20 a 30 % em impostos que se refletiam em aumentos extraordinários da receita do Estado Central, acima de cinco mil milhões de euros, conforme tinha anunciado o próprio Ministério das Finanças. Acrescentou que o Estado tinha registado um excedente de dois mil e quarenta milhões de euros até outubro, uma melhoria de mais de nove mil milhões de euros face ao período homologado, apesar de se verificarem medidas de apoio a famílias e empresas, o mesmo não se aplicava às autarquias;
- Observou o cálculo apresentado pelos serviços municipais de que, em 2022 e 2023, seria de doze milhões de euros o impacto negativo da subida da inflação e dos preços dos materiais, energia e combustível no Orçamento municipal, explicando a impossibilidade de cumprir as GOP’s para 2022;
- Esclareceu que a amputação orçamental surgia num quadro piorado da desaceleração da atividade económica em 2023 a que se somava o prejuízo da “*mal negociada*” descentralização da educação a que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- acresciam os encargos assumidos diretamente pelo Município ao nível de alimentação e transportes entre outros apoios que totalizavam quatro milhões de euros
- Referiu que as negociações no domínio da acção social ainda não estavam terminadas e na área da saúde ainda não tinha sido alcançado o entendimento;
 - Tomou as palavras do Presidente da República dizendo que o Orçamento Municipal, à semelhança do Orçamento de Estado, tinha de ser elástico para permitir vários cenários podendo reajustar-se. Reconheceu que não era o Orçamento que gostariam de apresentar, mas era aquele a que tinham sido constringidos devido às condicionantes externas;
 - Relevou o facto de se situarem entre quadros comunitários que impedia o lançamento de grandes projetos que faziam parte do programa eleitoral da coligação, porque ainda não tinha sequer começado o diálogo sobre o PT2030.
 - Abordou a redução significativa do Mapa do Pessoal, em cerca de 5%, à custa de lugares não ocupados, que resultava da verificação do elevado peso dos salários no orçamento para 2023 da Câmara Municipal e SMTUC, superior a sessenta milhões de euro. Aludiu ao significativo incremento da subida salarial prevista e à evidente necessidade de melhor gestão dos recursos humanos;
 - Valorizou o papel dos recursos humanos na organização e mostrou empenho em corresponder a expectativas de progressão e apreciação profissional dos trabalhadores;
 - Elevou o maior financiamento prestado às freguesias por parte da Câmara Municipal, com reforço médio de 25% de apoio ao funcionamento e o cumprimento da medida do programa eleitoral de levar as reuniões de câmara às freguesias com livre participação popular. Acrescentou que tinham reforçado o Gabinete de Apoio às Freguesias que estava a recuperar as obras atrasadas e a aprofundar o processo de descentralização, comprometendo-se a manter todas as obras das freguesias em dia;
 - Referiu a aposta na habitação social, 1º Direito, com financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência a que estavam a dedicar particular atenção, manifestação da consciência social do atual executivo;
 - Instou na prioridade do investimento nos SMTUC, esclarecendo que o aumento nos bilhetes ocasionais tinha sido recomendado pela Autoridade Nacional da Mobilidade e que representava um valor a baixo da inflação que era responsabilidade do governo, de 9,9% em novembro, o que faria aumentar o custo social dos transportes a subsidiar pela Câmara Municipal. Explicou que ao manter a taxa de actualização tarifária no valor definido pela AMT, a CIM- Região de Coimbra estava a pensar, sobretudo, nos cidadãos e famílias que utilizavam os transportes públicos evitando que os seus custos mensais aumentassem. Reafirmou que os passes sociais manteriam os preços, protegendo os mais frágeis, sendo que no futuro a intenção era que, tendencialmente, todos utilizassem os transportes públicos;
 - Observou que com a estrutura a implementar a partir de 1 de janeiro de 2023, a câmara Municipal ficaria mais bem preparada para os desafios do futuro. Avançando que o próximo passo seria nomear “*as pessoas certas para o lugar certo*”, com base no currículo e no mérito e, no combate à excessiva endogamia, seguir-se-iam os concursos públicos.
 - Reconheceu que o custo total com dirigentes aumentava oitocentos e oitenta e sete mil euros, mas afirmou que representaria um claro e necessário investimento na qualidade, organização e preparação da Câmara Municipal, nomeadamente ao nível da descentralização, ambiente, gerontologia, inclusão, mobilidade, turismo e da captação de investimento e criação de emprego;
 - Evidenciou a Marca Coimbra como meio para alcançar o objetivo de cidade/concelho mais dinâmico do país, assegurando oportunidades de emprego e desenvolvimento consistente, contínuo e sustentável.
 - Enunciou, como medidas implementadas com esse propósito, a garantia do futuro à Casa do Cinema com a aquisição das salas de cinema do edifício Avenida, a aposta clara no património do concelho e na baixa de Coimbra, os concertos dos *Coldplay*, a instalação da *Airbus* em Coimbra, a desmaterialização do setor do urbanismo, o projeto Busquets para a Nova Estação Central Intermodal de Coimbra, as várias melhorias introduzidas na obra do Metro Mondego, a pedonalização do passeio ribeirinho da *Aeminium*, a adesão ao Pacto de Autarcas, a adesão à Carta Europeia para a Igualdade e criação do Plano Municipal para a Igualdade, a implementação para 2023 de uma política fiscal mais favorável às famílias, a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, a redução da taxa normal da derrama para 1,45 sobre o volume de negócios superior a duzentos e cinquenta mil euros, sem aumento de outras taxas ou rendas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sociais, apesar do enorme aumento da inflação; o êxito dos dias abertos do canil/ gatil municipal e a projeção de um parque de matilhas.

- Disse que a Estratégia de Reabilitação Urbana Santa Clara projetaria a cidade para o futuro, com 38 ideias nucleares e o orçamento previsional superior a duzentos e dez milhões de euros.
- Apresentou a resolução de um antigo problema relativo à atribuição de propriedade dos solos dos imóveis do Vale das Flores às duas associações locais de moradores, Associação de Moradores São José e Associação de Moradores da Quinta da Nora.
- Elevou Coimbra a local de primeira escolha para viver, estudar e aprender, empenhando-se, juntamente com a CIM, em tornar Coimbra um núcleo dinâmico de uma região metropolitana como modelo de desenvolvimento policêntrico.
- Referiu que Coimbra teria de evoluir demograficamente e que não poderia continuar na dependência dos recursos humanos da Universidade, Instituto Politécnico ou Centro Hospitalar, pelo que definiu como prioridade o investimento na indústria que atraísse pessoas. Acusou o anterior Executivo de recusar o investimento industrial no âmbito do PT2020, deixando o Município de Coimbra no 56º lugar nacional na produção e bens para exportação.
- Esclareceu que Coimbra precisava de diversificar a receita sem onerar os munícipes, o que justificava a aplicação da Taxa Turística no valor de 1€, por dormida, por pessoa de forma a investir a receita no setor, nomeadamente, nas estruturas e programas turísticos e reforçar o apoio às juntas de freguesia, cujas atividades se revelavam essenciais para a atratividade turística do concelho.
- Afirmou que a aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 era fundamental para o cumprimento de nove eixos estratégicos: manutenção do equilíbrio orçamental, cumprimento da descentralização, reforço das freguesias, apoios sociais em função das necessidades, melhoria de transportes coletivos e qualidade de vida, afirmação dos *clusters* da Saúde, Cultura, Educação, Turismo Ambiente, Inovação e Tecnologia, fortalecimento da Marca Coimbra, promoção do desenvolvimento económico social sustentável e a criação de emprego.
- Reiterou que o desenvolvimento sustentável e amigo do ambiente permitia mais riqueza global e, por conseguinte, receita camarária.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Cedeu a palavra ao Vereador Miguel Fonseca para que, por delegação do Presidente da Câmara, apresentasse as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2023.

Apresentação do Vereador Miguel Fonseca

Informação acessível em:

<https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2023/01/Orcamento-e-GOP-2023--CMC.pdf>

Intervenção da Deputada Municipal Lara Martins (áudio 01:48 a 05:32 minutos - 4ª gravação)

- Referiu o impacto negativo previsto no Orçamento da Câmara Municipal de aproximadamente doze milhões de euros, que tornava impossível o cumprimento das Grandes Opções do Plano de 2022;
- Analisou o orçamento, dizendo que os custos com os salários aumentavam atendendo às expectativas de progressão e valorização dos trabalhadores, uma vez que o Mapa de Pessoal tinha sido reduzido em cerca de 5%;
- Avançou que as freguesias e uniões de freguesia teriam o maior financiamento de sempre por parte da Câmara Municipal, com o reforço médio de 25% com a dedução definida superior, em cerca de quinhentos mil euros, ao ano de 2022;
- Observou que o aumento global do orçamento relativamente a 2022 era devido, sobretudo, a aposta na habitação social, com o Programa 1º Direito, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência e, em parte, com o significativo investimento prioritário nos SMTUC;
- Tratou a política fiscal implementada para 2023, destacando a valorização das características de Coimbra, para que viesse a representar a primeira escolha junto dos investidores e auxiliar os residentes;
- Reconheceu que para investimento era necessária receita, pelo que deu nota da aplicação da taxa turística no valor de 1€, por dormida, por pessoa.
- Observou a proposta de orçamento no valor de cento e setenta e quatro e nove milhões de euros, prevendo uma poupança corrente de cerca de vinte e quatro milhões de euros, num quadro de rigor e contenção pautado pela transição entre fundos comunitários e atendendo à inflação sobre materiais, energia e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

combustíveis. Declarou, por fim, que Nós Cidadãos votariam favoravelmente. Informou que o procedimento concursal para as obras da Pedrulha iniciar-se-ia no início de 2023 e que a Escola seria ocupada em 2024;

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Carvalho [\(áudio 05:52 a 12:04 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Reconheceu que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento apresentados tinham sido concebidos entre transições municipais, mas recusou o “*argumento permanente da herança*”.
- Reforçou a posição da CDU relativamente às transferências de competências para o poder local que, sem distribuição prévia de verba para o efeito, tinham vindo a ser relatados casos de autarcas que não conseguiam responder às novas necessidades;
- Definiu, em três eixos principais, o contributo para o novo orçamento: “*combate à crise*”; “*mais qualidade de vida*” e “*freguesias são também cidade*”. O primeiro eixo refletia as soluções para a limitação dos efeitos da crise económica em curso: apoio à habitação, programas de habitação a curto prazo e habitação de emergência, definição de linhas de apoio ao arrendamento em situação de emergência económica, apoios sociais da responsabilidade direta do município. No eixo da “*qualidade de vida*”, defendeu a ampliação do serviço de fornecimento de refeições escolares, assegurado por produtores locais; iniciar um plano de recuperação das escolas; identificação de pontos críticos na circulação pedonal e elaboração de um plano de eliminação de obstáculos e colocação e sinalização horizontal, reabilitação de passeios e passadeiras. Reiterou a proposta de converter o convento de Santa Clara- a Nova na “*casa das associações e centro de recursos partilhado*”. Finalizou com o terceiro eixo, onde tinham inserido a proposta de um programa integrado de investimentos capazes de assegurar a mobilidade entre freguesias, apoio as freguesias nas relações com entidades privadas e prestação de serviços.
- Afirmou a disponibilidade da CDU para continuar a trabalhar.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões [\(áudio 12:23 a 18:30 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Referiu que as propostas do CpC pouco tinham sido relevadas, apesar de não ser isso que justificava o voto contra. Observou que a Cultura, a Educação, a Urbanização permanecia paradas
- Informou que se tratava de um orçamento com mais oito milhões de euros, perfazendo o total de cento e setenta e cinco milhões de euros e rebateu as “*ligeirizas de oito milhões para outros serviços sem se saber quais*”. Alertou que a tendência de outsourcing trazia mais custos e menos controlo para a gestão pública.
- Tratou o caso da habitação social com “*previsões orçamentais claramente empoladas e arbitrarias*”, questionou as previsões apresentadas, cinquenta mil euros em Celas e cem mil euros na Fonte do Castanheiro para reabilitação das habitações, sem projeto ou concurso;
- As escolas precisavam de intervenção nas instalações mais degradadas, reiterando a pergunta porque tinham para do todas as ações de manutenção, como a reparação dos estores. Notou que as grandes raparações estavam apontadas no orçamento, no entanto, sem cabimento definido e “*atiradas para os anos seguintes, incluindo a grande bandeira eleitoral do José Falcão*”;
- Reportou as perguntas que lhe iam sendo dirigidas pelos munícipes relativamente ao Parque Manuel Braga, que continuava ao abandono
- Observou que as freguesias não tinham 10 % de financiamento e que no segundo ano ficavam pelos 3,4%
- Questionou os dois milhões e meio inscritos na coluna “não definido” para uma rubrica identificada como “*Cidade do Futuro*”;
- Afirmou, quanto ao orçamento para os SMTUC, que aquelas medidas permitiriam o alargamento e recuperação do número de passageiros, no entanto, assinalou indicadores preocupantes como “*a retórica de Serviço Social ... duplamente negativo... não incorpora a ameaça das alterações climáticas e dificulta, de facto, a adesão dos que têm automóvel e têm de assumir uma prática individual mais responsável*” e como a ausência de uma aposta no estacionamento periférico e dissuasão do automóvel no centro da cidade. Instou na necessidade de preparar os munícipes para escolherem os transportes públicos e declarou que, apesar das reservas enunciadas, votariam favoravelmente.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues [\(áudio 18:53 a 23:04 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Informou que os SMTUC tinham sofrido uma degradação da frota e que os 185 veículos tinham uma média de idades de 16 anos, quando a vida útil era de 18 anos, o que fazia prever a sua substituição. O custo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- um autocarro novo a combustão rondava os duzentos e sessenta mil euros e o elétrico passava para os quinhentos mil euros, valores aferidos em sede de planeamento e candidatura ao financiamento 2030;
- Referiu que os autocarros exigiam muita manutenção e existia falta de mecânicos, bem como de motoristas, devido ao baixo salário, por força da lei. Informou que o recurso à avença era possível, mas havia escassez de oferta de serviços
- Lembrou que, a nível nacional, estava em causa o apoio ao município e a própria alteração da lei, pelo que apelou aos deputados da Assembleia da República eleitos pelo Município de Coimbra que defendessem que a região de Coimbra “*precisa de uns SMTUC fortes*”
- Alertou que estavam a decorrer muitas obras no âmbito das Águas de Coimbra e não só do Metro Bus, para se separar as águas pluviais das águas dos esgotos para não serem remetidas à ETAR águas que dispensavam tratamento. Com o investimento na rede, as Águas de Coimbra precisavam de financiamento para assegurar a qualidade e bom funcionamento da rede de abastecimento de água e saneamento.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Campos [\(áudio 23:40 a 25:20 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que votaria favoravelmente, porque em 2021 a União de Freguesias de Coimbra tinha tido o Auto de Transferências aprovado. Avançou que estavam a decorrer negociações para a transferência de competências, algumas retiradas em 2018 e outras que não tinham sido aceites pelo anterior Executivo.
- Registou seis projectos do Gabinete de Apoio às Freguesias, comparativamente com anos transatos, em que contava apenas um relativo ao ano 2013/2017;
- Considerou pouco correto abrir rubricas com 10€ para as obras das freguesias.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Cedeu 1min30 para Luísa Silva usar da palavra, apesar do seu Grupo Político já ter esgotado o tempo por não ter somado o correspondente aos *Pontos 2 e 3*.

Intervenção da Deputada Municipal Luísa Silva [\(áudio 26:57 a 29:48 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Acusou a gestão dos SMTUC de “*danosa*” mudando o topo da estrutura, mas mantendo a restante orgânica inalterada. Reconheceu, nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, algum esforço para contrariar essa tendência.
- Relevou a melhoria contínua dos serviços, a garantia do desenvolvimento profissional, saudável dos trabalhadores e o desincentivo do uso do transporte individual.
- Propôs, face à falta de condições dos autocarros e ao subfinanciamento que agravavam a capacidade de resposta às necessidades, o alargamento do transporte gratuito; criação ou reserva de parque periférico ecovia específica para os HUUS; maior fiscalização os parquímetros da cidade que representava uma significativa receita para os SMTUC e maior advertência aos veículos que circulavam em faixa destinada a transportes públicos.
- Referiu que não conseguiam encontrar indícios da opção gestonária dos SMTUC ou rubrica destinada à valorização das carreiras dos trabalhadores no Orçamento. Sugeriu o alargamento da medida aos trabalhadores do município, uma vez que existiam centenas de trabalhadores com posições remuneratórias estagnadas devido ao “*sistema de avaliação injusto e mal aplicado*”.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva [\(áudio 30:10 a 44:30 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Referiu as obras na entrada norte da cidade, pela Avenida Fernão Magalhães, a entrada sul pela Avenida da Guarda Inglesa, a requalificação da Praça do Comércio, Terreiro da Erva e Rotunda da Cindazunda, o desassoreamento da margem direita do rio Mondego como obras deixadas pelo anterior Executivo;
- Chamou o orçamento de desinvestimento, só na reabilitação, as estruturas urbanas e ordenamento do trânsito estavam previstos cerca de oito milhões de euros. Ao invés, as despesas com pessoal tinham aumentado mais de sete milhões de euros e estava escrito no orçamento que o quadro de pessoal seria diminuído.
- Lembrou que, com o Executivo Socialista, em contexto pandémico, não tinham deixado de investir nos recursos, no exercício de funções sociais, contendo os preços da água para consumo, dos passes e transportes públicos e isentando taxas, ao contrário do que, actualmente, anunciava o novo orçamento.
- Abordou o Plano Marshall previsto para a Baixa, usado “*para iludir*” os pequenos comerciantes da cidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Relembrou a promessa de transferência para as freguesias do triplo de 10% do Orçamento, constatando, afinal, a sua diminuição em aproximadamente um milhão de euros.
- Considerou o apoio à educação, desporto e juventude cuja dotação tinha sido reduzida em quase dois milhões de euros e o investimento na educação era de menos de um milhão e meio de euros. Acrescentou o desinvestimento total na educação pré-escolar com uma dotação de pouco mais de cem mil euros.
- Pronunciou-se quanto ao apoio aos clubes, associações e atividade desportiva, deduzindo a imediata homenagem ao Vereador do Deporto do PS, Carlos Cidade, que tinha deixado a memória do seu trabalho junto dos clubes de Coimbra, nas infraestruturas desportivas, na pista de atletismo do Estádio Cidade de Coimbra, na requalificação do Campo Municipal da Arregaça, na construção das ciclovias, na construção da pista municipal de BMX, na construção do *skate park* e nos apoios aos atletas de Coimbra que participaram nos jogos olímpicos e nos grandes eventos desportivos, como a meia maratona de Coimbra, os jogos europeus universitários, o campeonato europeu de rugby sub 20 ou campeonato do mundo de trail ou campeonato europeu de judo cadetes ou campeonato de europeu de caiaque o Rally de Portugal. Tratou o novo complexo olímpico de ginástica de Coimbra, licenciado fazia mais de um ano e as obras continuavam por iniciar.
- Acusou o orçamento de não evidenciar opções políticas e promessas eleitorais, pelo contrário, as propostas das Grandes Opções do Plano acolhiam as opções do anterior executivo que antes tinham sido rebatidas pela oposição, na altura
- Afirmou que, no âmbito do Estatuto de Titular de Direito de Oposição, de entre 29 propostas, apenas tinham sido acolhidas 7 com dotações de dez euros.
- Criticou que o serviço social dos transportes urbanos de Coimbra não tivesse sido prioridade. Referiu que a taxa de imobilização de autocarros era incompreensível, cerca de 80 autocarros parados, afirmando que tinham sido suprimidos trinta horários devido a avarias de autocarros.
- Constatou que não estava previsto o alargamento das carreiras de autocarro a São Martinho da Árvore e Lamarosa, São Silvestre, Antuzede e Vil de Matos, "populações mais uma vez ignoradas". Enunciou, a propósito, a supressão, no início do mandato, da linha da Ecovia Vale das Flores- Hospital, com o caos sentido pela deficiente articulação das obras do Metro Bus na Avenida Fernando Namora e no Hospital da Universidade.
- Atentou no desincentivo ao uso de transportes públicos com as medidas relativas ao tarifário dos SMTUC, nomeadamente os bilhetes ocasionais da rede geral e da ecovia aumentavam 6,11%, bem como o passe Ecovia que aumentava 25%
- Disse que os Orçamentos, da Câmara e dos SMTUC, não apontavam para o desenvolvimento da atividade económica, pelo que o PS abster-se-ia;
- Esclareceu que, quando o Dr. Carlos Encarnação era Presidente da Câmara e os SMASC tinham sido transformados em Águas de Coimbra, estava vertido no contrato, um conjunto de obras que deviam estar terminadas até 31 de dezembro de 2008. Acrescentou que o Governo Socialista, na altura, interveio para que as Águas do Centro Litoral executassem as obras das condutas adutoras, com trabalhos suspensos junto à Estação Nova.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

- Reforçou e parafraseou António Costa "não vivemos na ansiedade de cumprir no primeiro ano, tudo o que temos para cumprir nos quatro anos de legislatura";
- Esclareceu que a obra da escola do Espírito Santo das Toregas seria consignada no dia seguinte, no âmbito de uma remodelação generalizada. E acrescentou que as escolas recebiam verbas destinadas a pequenas reparações.

Deliberação nº 49/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 22 votos a favor** (11- PSD; 5- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM,1- CH), **26 abstenções** (21-PS;5- CDU) e **2 votos contra** (2- CpC), aprovar:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2023, no total de 174.934.074 € na Receita e na Despesa, e as GOP no valor de 102.585.638 €;
- Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia;
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2023, com os fundamentos da informação n.º 79659, de 22/11/2022, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Mapa de Pessoal para o ano de 2023

Deliberação nº50/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 24 votos a favor (11- PSD; 5- NC; 4- CDS-PP; 2- CpC; 1-PPM e 1- CH) e 26 abstenções (21-PS;5- CDU), aprovar** as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2023 que totalizam 33.772.244,00 €, dos quais 26.745.689,00 € (79,19%) respeitam a Receitas Correntes, 6.259.744,00 € (18,54%) a Receitas de Capital e 766.811,00 € (2,27%) a Receitas Não Efetivas. Quanto à despesa, 22.276.568,00 € (65,96%) respeitam a Despesas Correntes e 11.495.666,00 € (34,04%) a Despesas de Capital, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2023 totaliza o valor de 29.302.126,00 €, dos quais 11.495.666,00 € têm financiamento definido e o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2023.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre 2022 -AC, Águas de Coimbra, E.M

Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre 2022 -AC, Águas de Coimbra, E.M.

5. Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDM) e de estabelecimento de medidas preventivas

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões ([áudio 52:07 a 53:07 minutos - 4ª gravação](#))

- Reconheceu que era incontestável a insuficiência de alojamentos para estudantes, pelo que considerava, por isso, razoável a consequente ocupação de área verde com edificado para esse fim.
- Aproveitou para propor ao Executivo Municipal a mediação da retoma do projeto iniciado, para recuperação e aproveitamento dos edifícios da Rua Luís de Camões, junto ao Polo II, construindo nessa zona mais alojamento estudantil. Sendo propriedade do politécnico e da universidade, a degradação dos edifícios merecia e obrigava responsabilidade pública.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação n.º 51/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar:

A suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDM) de Coimbra, na área identificada, localizada no campus do Instituto Politécnico de Coimbra, em São Martinho do Bispo, pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável por mais 1 (um), caso se revele necessário, já que se verificam circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no Plano, sendo suspensos os seguintes artigos do Regulamento do PDM referentes ao Título VI — "Solo urbano", da Secção V — "Espaços verdes", da Subsecção II — "Áreas verdes de proteção e enquadramento": 105.º - "Caracterização e regime de intervenção", 106.º - "Usos" e 107.º - "Regime de edificabilidade", para a área em causa;

O estabelecimento de Medidas Preventivas, para a mesma área e pelo mesmo período, com a seguinte redação:

MEDIDAS PREVENTIVAS

Artigo 1.º

Objeto

As presentes Medidas Preventivas têm por objeto viabilizar no campus do Instituto Politécnico de Coimbra, em São Martinho do Bispo, a construção do projeto designado de Espaço U, nomeadamente a construção de uma nova área/edifício para residência de estudantes e espaço saúde, bem como a construção de uma nova.

Escola de Cursos Técnico Superior Profissional, CTeSP e Pós-graduações, por forma a consolidar o campus e reforçar a oferta educativa, indo ao encontro das necessidades e procura que se tem verificado.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

As Medidas Preventivas têm como âmbito territorial a área identificada na planta em anexo, sendo suspensos, para a área em causa, os artigos 105.º, 106.º e 107.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Coimbra.

Artigo 3.º

Âmbito material

1 - As Medidas Preventivas consistem na sujeição a parecer vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro das seguintes ações:

- a) Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de alteração e de reconstrução, com exceção das que sejam isentas de controlo administrativo prévio;
- b) Trabalhos de remodelação de terrenos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

2 - Na área sujeita a Medidas Preventivas, as operações urbanísticas, embora não sujeitas à aplicação de índices ou parâmetros de edificabilidade, devem garantir uma adequada inserção urbana, valorizando a imagem urbano-ambiental e paisagística do local e da envolvente.

Artigo 4.º

Âmbito temporal

O prazo de vigência das Medidas Preventivas é de dois anos, prorrogável por mais um, a contar da data da sua publicação em Diário da República, caducando com a entrada em vigor da alteração ao Plano Diretor Municipal de Coimbra.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

As Medidas Preventivas entram em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Área de Reabilitação Urbana - Coimbra Santa Clara — Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples que contém a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU)

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões ([áudio 54:16 a 55:14 minutos - 4ª gravação](#))

Reconheceu a importância dos instrumentos de gestão urbanística em causa, apesar de questionar o propósito, “quando há falta de visão e empenho para a sua concretização”. Lembrou, a propósito, a Área de Reabilitação Urbana da Baixa -Rio “congelada há uma década”;

- Criticou, na senda, o orçamento apresentado que não refletia a via estruturante Santa Clara- São Martinho, deduzindo o receio de que, face à despesa de despesa pública, se tratasse de “*acrescentar o capital de frustração da cidade*”.

Intervenção do Deputado Municipal Ramiro Simões ([áudio 57:27 a 59:10 minutos - 4ª gravação](#))

- Situou Santa Clara relativamente às restantes freguesias do concelho de Coimbra e criticou facto de não ser reconhecida visão estratégica, pela sua localização e interesses culturais.
- Apelou a que o ponto 6.1, relativo ao quarteirão SMTUC e Escola Silva Gaio, fosse valorizado.
- Declarou que votaria favoravelmente a ARU aprovada em reunião de Câmara de 2018, com a esperança de que a Operação de Reabilitação Urbana e Estratégia de Reabilitação Urbana representassem o início da obra muito aguardada.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão ([áudio 59:34 a 04:00 minutos - 4ª e 5ª gravação](#))

- Lembrou o projeto que já estava no gabinete de apoio às freguesias, relativo ao telhado da Junta de Santa Clara, permeável, em dias de chuva, que estava estagnado.
- Reconheceu que a proposta apresentada representava um valor acrescentado para Santa Clara, destacando a doca de recreio para a margem esquerda do Mondego e a requalificação dos bairros. Lamentou o facto de não estar prevista a criação e um cemitério.

Deliberação n.º 52/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples que contém a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para posterior publicitação na 2.^a Série do Diário da República, divulgação na página electrónica do Município e envio, para registo, ao IHRU.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) — Discussão Pública/ Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública

Deliberação nº53/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública e, com os fundamentos propostos na informação da Divisão de Planeamento Territorial, a versão final do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território e respetivo Sumário Executivo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Relatório de Execução e Plano de Calendarização de 2 de Setembro a 13 de Dezembro-Gabinete de Apoio às Freguesias

Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de Execução e Plano de Calendarização de 2 de Setembro a 13 de Dezembro - Gabinete de Apoio às Freguesias.

9. Contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Brasfemes para fornecimento de refeições escolares-ano lectivo 2022/2023

Deliberação nº 54/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar, tendo em vista a prossecução do projeto iniciado no ano letivo 2020/2021:

- A celebração com a Freguesia de Brasfemes de Contrato Interadministrativo de delegação de competências para fornecimento de refeições escolares no Centro Escolar de Brasfemes [EB e JI], nos moldes constantes da minuta de contrato, no valor 68.970,00€, para o ano letivo 2022/2023;
- A minuta do Contrato Interadministrativo para fornecimento de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Brasfemes, no modelo de proximidade local.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

10. Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Coimbra

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho [\(áudio 06:38 a 09:38 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Distinguiu os conceitos de “*sexo*” e de “*género*” e defendeu o combate de estereótipos como “*a mulher cuidadora “e” o homem chefe de família*”. A propósito, incumbiu as instituições públicas de garantirem o cumprimento deste princípio basilar.
- Lembrou a igualdade perante a lei e deu espaço apenas à discriminação positiva. Evidenciou o facto de o número de mulheres eleitas responder a quotas mínimas e que, se assim não fosse, tratar-se-ia de um número seria meramente residual.
- Saudou o Município pela adoção do Plano e, acompanhando-o em nome do CDS-PP, apelou à sua aprovação pela Assembleia.

Deliberação nº55/2022

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por unanimidade***, aprovar os documentos elaborados no âmbito do Projeto "Região de Coimbra com Igualdade": Relatório de Diagnóstico do Município 2022-2025 e Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação 2023-2026.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 13 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.